



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
Assembleia Municipal

SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA Nº: 01-A/2021

DELIBERAÇÃO AM Nº: 05-A/2021/AM

Reunião realizada em: 19-11-2021

PROPOSTA: 02-A/2021/CDU

ASSUNTO: SITUAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NO CONCELHO DE SETÚBAL

- PROPOSTA ANEXA
 TEOR DA PROPOSTA:

VOTAÇÃO NOMINAL	CDU	PS	PSD	CH	BE	PAN	IL	TOTAIS	RESULTADO
A Favor	17		6		1	1		25	APROVADA <input checked="" type="checkbox"/>
Contra									
Abstenção		10		2			1	13	REJEITADA <input type="checkbox"/>
V. SECRETA	V. EM BRANCO:		V. NULOS:		SIM:		NÃO:		
V. LISTAS	VOTOS BRANCOS / NULOS:		A -	B -	C -	D -	E -	APROVADA A LISTA	_____

Deliberação aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE DA MESA

O 1º SECRETÁRIO

Proposta de deliberação **Situação do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Setúbal**

O direito à saúde e a sua universalidade são matérias consagradas na CRP e fundam-se na ideia de que somos todos iguais e todos somos merecedores de cuidados de saúde, independentemente das diferenças económicas, sociais e culturais ou outras.

À luz do nosso ordenamento jurídico, todo o ser humano tem direito a cuidados de saúde prestados no âmbito de um Serviço Nacional de Saúde, público, tendencialmente gratuito e de qualidade.

Nas últimas décadas, o SNS foi vítima de um processo de desinvestimento, fruto de políticas que privilegiam o negócio da doença ao serviço de saúde e que entendem que o SNS deve servir apenas os pobres e, como tal, deve ser pobre.

Em Setúbal, tal processo, à semelhança do que se assiste no resto do país, revela-se na degradação das condições em que o serviço público de saúde é prestado.

Profissionais da saúde e utentes conhecem bem esta realidade.

Faltam profissionais, as carreiras e os vencimentos deixam escapar para o sector privado ou para a emigração milhares de profissionais, em particular, jovens recém-formados; as instalações degradam-se e não acompanham as necessidades, os utentes continuam sem médico de família, nos cuidados primários de saúde são longas as filas para se conseguir uma consulta, entopem-se as urgências, aguardam-se meses e anos por determinados exames complementares de diagnóstico ou por uma intervenção cirúrgica.

Esta realidade tem merecido da Assembleia Municipal de Setúbal especial atenção, tendo as questões relacionadas com os Centros de Saúde e com o Centro Hospitalar de Setúbal sido alvo de diversas tomadas de posição no mandato passado, com a Comissão que aborda a temática da saúde a desenvolver um importante trabalho de acompanhamento destas matérias.

No momento em que se inicia um novo mandato, é significativo e simbólico que a Assembleia Municipal de Setúbal tenha decidido debruçar-se de imediato sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde, dando particular relevância a este tema e assumindo-o como prioritário na sua agenda.

Perante esta situação, que afeta a qualidade de vida de milhares de pessoas e é determinante para a qualificação e atratividade dos territórios, a Assembleia Municipal de Setúbal não pode deixar de acompanhar com profunda preocupação as notícias que



dão conta de demissões nos serviços do Centro Hospitalar de Setúbal e das suas causas, bem como das reivindicações de profissionais e utentes em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Em Setúbal, décadas de desinvestimento conduziram a um Centro Hospitalar desadequado e com uma classificação desajustada da realidade.

O Centro Hospitalar de Setúbal enfrenta um sério problema no plano financeiro, dado que a sua classificação atual não se coaduna com o seu nível de diferenciação, o que tem impedido o adequado investimento, seja nas infraestruturas, seja no reforço do número de profissionais de saúde, o que pode vir a colocar em causa a continuidade das suas valências.

Há, inclusivamente, o risco de o Centro Hospitalar de Setúbal perder valências, devido à falta de profissionais de saúde, nomeadamente de médicos especialistas e devido às limitações decorrentes das atuais instalações.

Por um lado, constata-se que a maioria dos médicos tem mais de 55 anos, por outro lado devido à desvalorização profissional, social e remuneratória dos profissionais de saúde não há rejuvenescimento e não são contratados os profissionais de saúde necessários para o Centro Hospitalar, o que constitui mais uma preocupação.

No plano das instalações, o Centro Hospitalar de Setúbal aguarda, há pelo menos cinco anos, pela construção de um novo edifício do Hospital de São Bernardo.

No Orçamento do Estado para 2021, por proposta do PCP, foi aprovada a transferência de 17, 2 milhões de euros para o Centro Hospitalar de Setúbal, com vista ao lançamento do concurso público para a ampliação do Hospital de São Bernardo e início da respetiva empreitada.

A ampliação do Hospital de São Bernardo que continua por concretizar, com a construção de um novo edifício que permitirá a reorganização dos espaços e novas instalações para vários serviços, em particular novas instalações para o serviço de urgências, tendo em conta que as atuais estão em situação de rutura. Esta medida terá sempre de ter em linha de conta a manutenção do Hospital Ortopédico do Outão.

No plano dos recursos humanos, o Centro Hospitalar de Setúbal sofre uma carência crónica de profissionais, faltam técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros, assistentes operacionais e assistentes técnicos.

As especialidades médicas de ortopedia, oftalmologia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia plástica, neurologia e anesthesiologia estão identificadas como as que sofrem de maior carência de profissionais.

Esta carência conduz à acumulação de carga horária, com as conseqüentes situações de cansaço extremo e de baixa médica, o que ainda reduz mais o número de trabalhadores para o desempenho das mesmas funções.



Apesar da carência de enfermeiros, continua-se a verificar que os contratos de substituição não passam a tempo indeterminado, de acordo com a legislação em vigor. Existem situações de irregularidades grosseiras nos horários de trabalho, pois ao serem publicados contemplam desde logo o trabalho extraordinário a realizar por cada trabalhador, dando como certo e expectável o que deveria ser excepcional.

Existem profissionais que continuam a fazer vários turnos seguidos, aumentando os riscos para o trabalhador e para os utentes.

Esta falta de recursos humanos reflete-se nos tempos de espera para os utentes e na prestação de um serviço em condições cada vez mais precárias.

O serviço de urgência continua a funcionar com enormes constrangimentos bem visíveis nos tempos de espera e nas condições em que os profissionais trabalham e os utentes são atendidos.

Face ao exposto, importa reafirmar que a valorização do Centro Hospitalar de Setúbal, através da adequação do financiamento, que tenha em conta a sua real diferenciação, a contratação de profissionais de saúde e o investimento na ampliação das suas instalações, são necessidades urgentes e que não podem continuar a ser ignoradas.

Os Centros de Saúde, instituições incontornáveis na prestação de cuidados de saúde de primeira linha (CSP) e seus agrupamentos (ACES) carecem de novo enquadramento do seu regime de criação, organização e funcionamento, previsto, aliás, no futuro Estatuto do SNS, cuja discussão pública terminou em 16.11.2021.

No momento político que corre, salienta-se a oportunidade de “incentivar a saúde em todas as políticas” através da operacionalização dos Sistemas Locais de Saúde (SLS) enquanto dispositivos locais de proximidade que visam a participação e a colaboração intersectorial para ganhos em saúde e, desse modo, o encontro de soluções para as referidas carências organizacionais e funcionais dos CS-ACES, assim como de outras instituições que irão integrar o SLS de Setúbal, mormente o Centro Hospitalar de Setúbal.

Refira-se que já é tardia, embora muito necessária e desejada, a criação e regulamentação dos Sistemas Locais de Saúde, instituídos em 1999 (DL nº 156/99, de 10 de Maio).

Importa, igualmente, sublinhar a importância dos compromissos assumidos pelo Governo e pela ARS com o Município de Setúbal serem integralmente cumpridos, designadamente, no que diz respeito à construção de Centros de Saúde.

Mas, como se compreende, também aqui não basta construir, são necessários profissionais capazes de dar resposta às necessidades, designadamente, assumindo como objetivo que todos os habitantes do concelho tenham médico de família e acesso aos cuidados primários de saúde.



A situação em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde é demonstrativa das razões e dos perigos que se escondem por detrás da ideia de transferir competências na área da saúde para os municípios, colocando em causa a universalidade do serviço e desresponsabilizando o Estado das suas obrigações constitucionais.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida, em sessão extraordinária, a 19 de Novembro de 2021, delibera:

- Manifestar a sua solidariedade com todos os profissionais e utentes do Serviço Nacional de Saúde que, em Setúbal, lutam por um Centro Hospitalar capaz de responder às necessidades dos seus utentes, prestando um serviço público de qualidade;
- Manifestar a sua profunda preocupação com a situação existente, exigindo ao Governo as medidas imediatas necessárias à inversão desta situação, impedindo o risco do Centro Hospitalar de Setúbal perder valências e comprometer o seu futuro;
- Exigir que se proceda à contratação imediata de profissionais para suprir carências, nomeadamente médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais para o Centro Hospitalar de Setúbal, garantindo as suas valências;
- Exigir respeito pelos profissionais do Serviço Nacional de Saúde e pelas suas justas reivindicações, designadamente, em matéria de carreiras, salários e horários de trabalho;
- Exigir a reclassificação do Centro Hospitalar garantindo um nível de financiamento adequado, que respeite e valorize a sua diferenciação, as suas valências, o seu papel na formação de especialistas e a população efetivamente abrangida;
- Exigir o cumprimento dos compromissos relativos aos Centros de Saúde, dotando-os dos meios técnicos e humanos adequados, assumindo como meta a cobertura de toda a população do concelho com médico de família.

Setúbal, 19 de Novembro de 2021

Os eleitos da CDU,